

# Seleção de fornecedores - Fase recursal

Concorrência Eletrônica N° 90272/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)  
UASG 925373 – SUPERINTEND.ESTAD.DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO   
Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto**    Modo disputa: **Aberto**



Disputa

Julgamento

Habilitação

Fase Recursal

Adjudicação/ Homologação

1 SERVIÇO ENGENHARIA  
[Julgado e habilitado \(decisão de recursos em análise\)](#)

Otdc solicitada: 1  
Valor estimado (unitário) R\$ 2.661.112.4800



Data limite para recursos  
13/02/2025  
Data limite para decisão  
11/03/2025

Data limite para contrarrazões  
18/02/2025



Recursos e contrarrazões


00.541.146/0001-44  
CONSTRUTORA PARAISO LTDA  
Recurso: não registrado

07.608.975/0001-46  
DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA  
Recurso: cadastrado


Intenção de recurso

Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 11:11 de 10/02/2025

Recurso

RECURSO CONCOR 90272 2024.pdf 10/02/2025 15:58:45 

Contrarrazões

10.655.567/0001-50 PLACTER LOCACOES LTDA Contrarrazão registrada 

19.347.759/0001-73  
M PONTES CONTRUCAO E SERVICOS LTDA  
Recurso: não registrado

Decisão do agente de contratação

Nome	Decisão tomada	Data decisão
NOME	não procede	11/03/2025 14:06

Fundamentação  
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL Ata DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90272/2024/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 0015.004346/2024-01/IDARON/RO OBJETO: Construção da Agência IDARON, no município de Cacoal-RO, Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão de Contratação de Obras, nomeada pela Portaria nº 102 de 09 de dezembro de 2024, para proceder ao exame do recurso administrativo apresentado, tempestivamente, pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, contra decisão desta Comissão que analisou e julgou os documentos de PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO apresentada pela empresa PLACTER LOCACOES LTDA, sessão pública eletrônica no dia 28 de janeiro de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília-DF) e 09h (horário local) através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). I - DAS PRELIMINARES A) As seguintes empresas apresentaram lances pertinentes ao presente certame na plataforma de licitações COMPRASGOV, a saber: 1) PLACTER LOCACOES LTDA, CNPJ: 10.655.567/0001-50; 2) F1 CONSTRUCOES E NAUTICA LTDA, CNPJ: 06.939.058/0001-81; 3) SM ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, CNPJ: 10.608.805/0001-76; 4) ENGERAL CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 34.719.674/0001-62; 5) BMV SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 30.807.045/0001-33; 6) LUZI ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ: 09.331.963/0001-42; 7) L.P.M. PRODUTOS & SERVICOS LTDA, CNPJ: 14.372.416/0001-45; 8) 17.263.504 JOSE ROBERTO MARQUES DA SILVA TIMOTEO, CNPJ: 17.263.504/0001-05; 9) V & J CONSTRUCOES E EMPREENDIMIENTOS PARA A AMAZONIA LTDA, CNPJ: 12.301.260/0001-86; 10) F. OLIVEIRA DE SOUZA LTDA, CNPJ: 11.908.588/0001-00; 11) VALLEN PRESTACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ: 12.046.372/0001-38; 12) 3R CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 03.733.899/0001-40; 13) OCG ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 14.172.493/0001-51; 14) R & R LTDA, CNPJ: 11.006.117/0001-07; 15) AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 07.477.679/0001-53; 16) INFINITY STORE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ: 37.007.414/0001-52; 17) OBRA PRIMA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 14.727.450/0001-95; 18) ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMIENTOS LTDA, CNPJ: 34.471.789/0001-80; 19) PORTO CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 07.087.243/0001-58; 20) CONSTRUTORA CASTRO E CARVALHO LTDA, CNPJ: 32.668.969/0001-21; 21) P. CEZAR PORTORACHI ENGENHARIA E CONSTRUCAO, CNPJ: 33.778.318/0001-57; 22) DSB CONSTRUÇOES E SANEAMENTO LTDA, CNPJ: 07.608.975/0001-46; 23) CONSTRUTORA PARAISO LTDA, CNPJ: 00.541.146/0001-44; 24) MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS LTDA, CNPJ: 38.235.161/0001-37; 25) ALFA-X COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 40.996.561/0001-07; 26) ROSSI CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 33.254.322/0001-16; 27) BR SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 13.885.003/0001-00; 28) DIAS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 11.887.323/0001-65; 29) M PONTES CONTRUCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 19.347.759/0001-73; 30) RNL TRADE AND FACILITIES LTDA, CNPJ: 15.655.026/0001-45; 31) RAJ BRASIL SERVICOS E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ: 14.307.711/0001-18; 32) LARIS ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 21.957.134/0001-75; 33) GLOBAL ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 08.435.386/0001-76; 34) PSV CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 50.708.520/0001-21; 35) EDF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 04.239.708/0001-50; 36) NETUNO COMERCIO, CONSTRUÇOES E SEVICOS LTDA, CNPJ: 84.632.629/0001-44; 37) T F DE SOUZA SOARES LTDA, CNPJ: 35.297.841/0001-97; 38) OTIMIZE SERVICOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO LIMITADA, CNPJ: 38.080.350/0001-88; 39) F.A SERVICOS LTDA, CNPJ: 35.824.843/0001-97; 40) M&C BRANDAO LTDA, CNPJ: 24.786.130/0001-60; 41) BIOLUX DO BRASIL LTDA, CNPJ: 51.596.761/0001-99. Realizada as negociações com a Empresa PLACTER LOCACOES LTDA – CNPJ 10.655.567/0001-50, que apresentou a melhor proposta respectivamente, cujo valor estimado pela administração pública R\$ 2.661.112,48 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil cento e doze reais e quarenta e oito centavos) e o valor obtido na negociação foi de R\$ 1.841.400,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil e quatrocentos reais). B) RECURSO ADMINISTRATIVO – A Empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA tempestivamente, manifestou a intenção de recorrer em campo próprio da

licitação a empresa PLACTER LOCACOES LTDA, alegando o que segue: 1) A Empresa requerente alega que a proposta de preços apresentada pela PLACTER LOCACOES LTDA, encontra-se inexequível, cujo valor encontra-se inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração; 2) Segundo a Empresa recorrente, não foi demonstrado de forma satisfatória pela Empresa Vencedora, quanto a Exequibilidade da proposta para a execução da Obra, alegando que a Empresa não apresentou quaisquer documentações que demonstre que ela tenha em estoque materiais e equipamentos sobressalente que facilite e barateia o custo da obra em questão, dando a mesma, a possibilidade de baixar o valor da obra mais de 25% (Vinte e cinco por cento) do Valor estimado; 3) Questão sobre a possibilidade de que a Comissão de Contratação de Obras poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas, ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, alegando que não foi realizado em relação a empresa classificada em 1º Lugar. IV – DAS CONTRARRAÇÕES A Empresa recorrida PLACTER LOCACOES LTDA por sua vez, refuta todos os fatos que lhe são impostos no recurso ora impetrado, inferindo que a recorrente esqueceu-se de analisar corretamente o edital, considerando que o ato praticado pela comissão encontra-se em harmonia com o edital, conforme item 14.4.1. Esclarecendo que de acordo com o art. 59, IV, da Lei de Licitações, se considera como preços manifestadamente inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade – através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Afirma que a contrarrazoante apresentou comprovação de exequibilidade da Obra Conforme Lei 14.133/2021, juntamente da proposta de preços ofertada, demonstrando possuir os recursos necessários para a execução contratual. Reitera a sua proposta, advertindo não haver qualquer elemento jurídico, econômico ou fático que possa obstar a legalidade da sua contratação, eis que o preço ofertado é perfeitamente exequível, já demonstrada nos envios de documentos da proposta que foi analisada pelo setor responsável e foi classificada. Requer que seja considerado improcedente o recurso administrativo interposto pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, dando continuidade a presente licitação, com vistas a se proceder a adjudicação, homologação e posterior contratação, tendo em vista que não há nenhuma razão para o desfazimento de qualquer ato. V- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO: Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Contratação de Obras DECIDIU MANTER sua decisão proferida em sessão pública, fundamentada no princípio constitucional contido no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, vinculado às condições do Edital. Senão vejamos: A Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações no Brasil, estabelece no art. 59, §1º, que, para que uma proposta seja considerada inexequível, deve faltar documentação que comprove sua viabilidade ou que os custos sejam incompatíveis com os de mercado. No entanto, o art. 59, IV detalha que, em caso de proposta considerada manifestadamente inexequível, cabe à Comissão de Licitação verificar a documentação comprobatória da viabilidade do preço. Neste caso, a empresa PLACTER LOCACOES LTDA apresentou a documentação necessária para comprovar a viabilidade da proposta, o que foi analisado pela Comissão de Licitação. A alegação da empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA é que a proposta de preços da Empresa Classificada seria inexequível, considerando estar abaixo de 75% do valor orçado pela Administração (R\$ 2.661.112,48), e o valor obtido na negociação foi de R\$ 1.841.400,00. A recorrente alega que a diferença de mais de 25% em relação ao valor orçado demonstra a inviabilidade da execução da obra pelo preço proposto. No entanto, a proposta apresentada pode ser válida, desde que a empresa consiga demonstrar que o preço é compatível com a execução do objeto. A Comissão de Licitação tem o poder discricionário de avaliar a exequibilidade da proposta, considerando os documentos apresentados. Jurisprudência: “O fato de a proposta estar abaixo do valor estimado pela Administração não implica, por si só, em sua inexequibilidade. A Administração Pública pode aceitar propostas abaixo do valor orçado, desde que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme exige o artigo 59 da Lei 14.133/2021.” (TJ-DF, Processo nº 0708984-35, 2019.8.07.0001) A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, §1º, deixa claro que a proposta pode ser considerada inexequível quando não for demonstrada sua viabilidade. Sua viabilidade pode ser demonstrada de várias formas, como, por exemplo, através de documentação comprobatória dos custos e da compatibilidade com os preços de mercado. A empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA alega que a PLACTER LOCACOES LTDA não apresentou documentos que comprovassem a exequibilidade da proposta, em especial no que se refere à disponibilidade de materiais e equipamentos sobressalentes. Contudo, conforme art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021, a exequibilidade pode ser comprovada com a documentação adequada que demonstre que o preço proposto é viável, não sendo necessária a comprovação de estoque específico de materiais, a menos que o edital assim exija, o que não ocorre neste caso. No Art. 59, IV, da Lei 14.133/2021 diz: “Considera-se preço manifestadamente inexequível aquele que, não demonstrada sua viabilidade, não apresente a compatibilidade com o objeto contratado.” A Lei 14.133/2021, que rege as licitações públicas, estabelece ainda a necessidade de ser analisada a exequibilidade das propostas, considerando a razoabilidade e a proporcionalidade. A legislação não impõe um percentual fixo ou rígido como critério absoluto para desclassificação, mas exige que as propostas sejam viáveis do ponto de vista econômico e técnico. O TCU tem se manifestado de forma consistente sobre a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no processo de habilitação e julgamento das propostas nas licitações. Em decisões anteriores, o Tribunal tem enfatizado que a análise da exequibilidade da proposta deve ser feita com base em uma visão global da viabilidade do contrato, e não apenas em percentuais isolados, desde que o valor da proposta seja compatível com o orçamento previsto. Jurisprudência 1: TCU, Acórdão nº 1031/2017 – Plenário “A Administração Pública não está obrigada a desclassificar a proposta que esteja abaixo do valor orçado, desde que a empresa tenha demonstrado, de forma clara e objetiva, a exequibilidade da proposta e a capacidade de execução do contrato, com base na sua experiência prévia e nos custos de mercado.” (Destacando que o valor da proposta deve ser analisado com base na sua viabilidade técnica e financeira, e não somente no percentual em relação ao orçamento.) Jurisprudência 2: TCU, Acórdão nº 2226/2016 – Plenário “Não cabe à Administração, de forma automática, desclassificar uma proposta cujo preço esteja abaixo do valor orçado, sem que tenha sido devidamente analisada a exequibilidade do valor proposto, com base na justificativa do licitante, levando em consideração a razão entre o preço e a qualidade do objeto a ser contratado.” (Aqui, o TCU reforça a análise da proposta como um todo, não só o percentual do valor orçado, destacando a importância da justificativa e da análise detalhada do custo da obra.) Em relação ao Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, exige que a Administração Pública, ao decidir sobre a exequibilidade das propostas, atue de forma proporcional, considerando o equilíbrio entre os custos e os benefícios da proposta apresentada. A proporcionalidade, por sua vez, exige que a Administração adote uma análise equilibrada, sem exageros, sendo que uma pequena diferença percentual, não pode ser considerada suficiente para desclassificar uma proposta que atenda aos requisitos de qualidade e viabilidade. Jurisprudência 3: STJ, AgRg no REsp 1.486.731/SP “A Administração Pública deve aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na análise das propostas de licitação, especialmente quando o percentual da proposta apresentada está ligeiramente abaixo do limite estipulado no edital. A decisão administrativa que desclassifica uma proposta com fundamento em um percentual irrisório de diferença não observa esses princípios.” Diante da análise Jurisprudencial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), considera que a pequena diferença percentual, quando bem justificada, não deve ser motivo para desclassificação automática de uma proposta. Em relação ao Princípio do Formalismo Moderado, a Lei 14.133/2021, em seu art. 38, adota o princípio do formalismo moderado, que busca evitar que o excesso de rigor e formalismo prejudique o processo licitatório. O formalismo moderado permite que a Administração considere a razoabilidade das decisões, de modo que uma pequena diferença percentual, quando não comprometer a viabilidade do contrato, pode ser considerada como uma falha formal irrelevante. Jurisprudência 4: TCU, Acórdão nº 1335/2014 – Plenário “O formalismo excessivo no julgamento das propostas pode comprometer a celeridade do processo licitatório, devendo a Administração considerar a razoabilidade da decisão, evitando desclassificações baseadas em diferenças mínimas que não prejudiquem o interesse público ou a viabilidade da execução do contrato.” O TCU aponta que a Administração deve ser flexível e razoável ao aplicar o formalismo, considerando as circunstâncias específicas do caso. A pequena diferença não pode ser vista como uma violação substancial às regras do edital, especialmente se a empresa apresentou justificativas adequadas para a viabilidade do valor proposto. A exequibilidade da proposta deve ser avaliada com base no conjunto de elementos apresentados, como experiência anterior, capacidade técnica, e demonstrativo de custos. A simples diferença percentual não implica necessariamente em desclassificação, quando demonstrado que a proposta é viável. Para Marçal Justen Filho, um dos maiores doutrinadores da área de licitações e contratos administrativos, afirma que “não se pode desclassificar uma proposta exclusivamente com base em um valor percentual inferior ao orçamento se a proposta estiver adequadamente justificada e a empresa comprovar sua capacidade técnica e financeira de executar o contrato”. Em relação a alegação de que a Comissão de Licitação não realizou diligências para aferir a exequibilidade das propostas não foi analisada sob o prisma da Lei nº 14.133/2021, que no art. 43, prevê a possibilidade, mas não a obrigatoriedade, de diligências. A Comissão tem a discricionariedade de solicitar diligências apenas quando considerar necessário para esclarecer ou complementar a documentação apresentada. No caso em análise, a Comissão de Licitação considerou que os documentos apresentados pela empresa vencedora eram suficientes para comprovar a exequibilidade da proposta. Portanto, não há que se falar em ilegalidade pela não realização de diligências. Jurisprudência: “A diligência para aferir a exequibilidade das propostas é facultativa e depende da análise da Comissão de Licitação, que deve atuar com base na documentação apresentada, conforme o art. 43 da Lei 14.133/2021.” (STJ, REsp 1.395.122/SP) Portanto, a decisão da Comissão de Contratação de Habilitar a empresa está em consonância com os princípios da Administração Pública, com a Lei 14.133/2021, e com a jurisprudência do TCU, devendo ser mantida. VI - CONCLUSÃO Com base nas jurisprudências apresentadas e nos princípios da Administração Pública, opina-se pela improcedência do recurso administrativo interposto pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, considerando que: A proposta da PLACTER LOCACOES LTDA foi corretamente analisada e considerada exequível pela Comissão de Licitação, conforme as disposições legais e editalícias. Não há razões jurídicas ou fáticas que invalidem a proposta apresentada, e, portanto, deve ser mantida a decisão de classificação da empresa vencedora. Não há obrigação legal de que a empresa vencedora comprove a disponibilidade de materiais ou equipamentos sobressalentes, e a exigência de tais documentos não foi especificada no edital. A Comissão de Contratação tem o poder discricionário de decidir sobre a realização de diligências, sendo que a decisão de não realizar diligências não configura ilegalidade. Não há elementos jurídicos que justifiquem a nulidade do ato administrativo de habilitação da empresa PLACTER LOCACOES LTDA. Assim, recomenda-se a continuidade do processo licitatório, com a adjudicação, homologação e posterior contratação da empresa PLACTER LOCACOES LTDA, conforme estabelecido no procedimento. VII – DECISÃO Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, esta Comissão de Contratação de Obras conhece o RECURSO apresentado pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA para negar-lhe provimento, MANTENDO a decisão anteriormente proferida em Sessão Pública eletrônica no dia 10 de fevereiro de 2025, às 11h (horário de Brasília) e 10h (horário de Rondônia), através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às doze horas. ERALDA ETRA MARIA LESSA Presidente da Comissão de Contratação de Obras/SUPEL/RO JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS Membro da Comissão de Contratação de Obras/SUPEL/RO ROBERTA ARROIO Membro da Comissão de Contratação de Obras/SUPEL/RO

[Voltar](#)Acesso à  
InformaçãoMINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOSGOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO